

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana

Locais visitados:

Barra do Manhuaçu – Córrego do Baixio, em Aimorés

Sede da Associação Aripa dos Indígenas Puri, em Aimorés

Ilha Brava, em Governador Valadares

Bairro Santa Rita – Baixa do Quiabo, em Governador Valadares

Apresentação

Em atendimento aos Requerimentos de Comissão nºs 1.244/2023 e 1.250/2023, de autoria dos deputados Ulysses Gomes (presidente), Doutor Jean Freire (vice-presidente) e Leleco Pimentel, a Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana realizou, em 4/5/2023, visitas técnicas nas cidades de Aimorés e Governador Valadares. Em Aimorés, a comissão esteve na Barra do Manhuaçu, bairro próximo ao Córrego do Baixio, e na sede da Associação Aripa dos Indígenas Puri. Já em Governador Valadares, foram feitas visitas à comunidade de Ilha Brava e ao Bairro Santa Rita, conhecido como Baixa do Quiabo. As visitas tiveram a finalidade de verificar as atuais condições de vida dos moradores, atingidos em razão do rompimento da barragem do Fundão, da Mineradora Samarco, ocorrido no ano de 2015 no Município de Mariana.

As visitas foram realizadas pela deputada Beatriz Cerqueira e pelos deputados Carlos Henrique, Doutor Jean Freire, Gustavo Santana, Leleco Pimentel, Ulysses Gomes e Zé Laviola, os quais contaram com a participação de Luíza Borges Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República; Mariana Barbona Cirne, da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente, da Advocacia-Geral da União; Paulo Clemente, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; além de autoridades locais e representantes de comissões de atingidos, de assessorias técnicas independentes e de comunidades locais.

Relato

O percurso dos parlamentares iniciou-se no **Município de Aimorés**.

O primeiro local visitado foi Barra do Manhuaçu, bairro próximo ao Córrego do Baixio. No ponto definido para o encontro com os moradores, cerca de 70 pessoas daquela e de outras comunidades aguardavam os parlamentares. Na ocasião, se manifestaram, entre outros participantes, Marcelo Marques, prefeito municipal; Benilde Madeira, representante da Associação dos Pescadores e Trabalhadores de Aimorés – Apetra; Maria Marupuri, representante dos indígenas Puri de Resplendor; e Meire Mniamá Puri, representante dos indígenas Puri de Aimorés. Na sequência, a comissão visitou a sede da Associação Aripa dos Indígenas Puri. A associação foi criada pela primeira família de indígenas Puri autoidentificada e reconhecida pela Fundação Nacional do Índio no Município de Aimorés. Nesse ponto, os deputados puderam ouvir novamente e de maneira mais detalhada a cacique Meire Mniamá Puri.

A escuta da comunidade foi priorizada pelos deputados nos dois locais visitados, sendo possível constatar a continuidade dos danos sofridos pela população em decorrência do rompimento da barragem do Fundão, bem como as persistentes dificuldades para o reconhecimento da condição de atingidos dos moradores por parte da Fundação Renova. Entre os principais problemas citados, podem ser destacados:

- o assoreamento do Rio Doce, agravado pela contenção de rejeitos na Usina de Aimorés: quando as comportas da usina são abertas, os rejeitos acumulados são novamente despejados no rio;
- as enchentes na região tornaram-se mais críticas e têm afetado fortemente, a cada período de chuva, a população residente às margens e nas áreas mais próximas ao rio;
- a impossibilidade do aproveitamento do rio pelas comunidades tradicionais ao longo da calha do Rio Doce, em especial as famílias indígenas, que não podem mais utilizar a água para beber e nem mesmo para a pesca e a agricultura (foi citada a situação dos indígenas Puri do Município de Resplendor, atualmente impedidos de cultivar ervas medicinais, atividade tradicionalmente exercida na

comunidade), situação que afeta gravemente as condições e o modo de vida dessas populações;

- a inviabilidade da atividade pesqueira e do movimento de toda a cadeia produtiva relacionada à pesca em face da contaminação do Rio Doce pelos rejeitos de mineração escoados da barragem do Fundão, em Mariana;
- as dificuldades enfrentadas pelos pescadores da calha do Rio Doce para a comprovação da condição de pescador profissional, tendo em vista que os respectivos registros foram suspensos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa: a exigência de novos documentos comprobatórios da atividade e a falta de clareza, inclusive por parte do ministério, no que toca à emissão das licenças de pescador profissional têm impedido o trabalho e cerceado o direito à renda de muitos pescadores, além de dificultar o acesso ao auxílio financeiro emergencial devido pela Fundação Renova.

Em seguida, a comissão deslocou-se para o **Município de Governador Valadares**.

Na Ilha Brava, primeira localidade visitada no município, aguardavam os deputados a representante da comissão de moradores, Joelma Fernandes Teixeira, os deputados federais Leonardo Monteiro e Padre João, além de representantes das assessorias técnicas independentes Cáritas e Centro Agroecológico Tamanduá, passando todos a acompanhar as visitas técnicas a partir de então. Durante o trajeto pela Ilha Brava, foi bastante perceptível a situação de acúmulo da lama sobre a terra, que era plenamente cultivável antes do vazamento dos rejeitos da barragem do Fundão na Bacia do Rio Doce. Procedendo-se à escuta dos moradores, foram ressaltados entre os principais problemas vivenciados naquela comunidade:

- a larga camada de rejeito sobre o solo tem impossibilitado o cultivo da terra e gerado a perda de plantações e de espécies frutíferas nativas, prejudicando sobremaneira a apicultura, apesar do grande esforço realizado pelos moradores para manter o plantio;
- os ilheiros estavam acostumados a conviver com as cheias do rio, que a cada ano traziam areia e material orgânico e tornavam a terra mais fértil, mas, desde

a contaminação do Rio Doce, a situação mudou brutalmente, já que a cada ano as cheias trazem mais volume de rejeitos, comprometendo a agricultura;

- os processos de manipulação da terra agora são diferentes: para o plantio, é preciso, todos os anos, retirar a camada de minério trazida pela cheia do rio e adquirir e utilizar fertilizantes externos como esterco, além de ser necessário renovar os mecanismos de irrigação;
- os valores relativos à indenização não cobrem os efeitos gerados pelo ciclo vicioso de danos provocados pelas cheias do Rio Doce após a contaminação pelos rejeitos vazados da barragem do Fundão – pelo contrário, esses danos são reiterados e têm se agravado no decorrer dos últimos anos.

Após, a comissão seguiu para o Bairro Santa Rita, ou Baixa do Quiabo, um dos bairros mais afetados na cidade pela alteração das cheias do Rio Doce. Apesar disso, os moradores não foram reconhecidos como atingidos pela Fundação Renova. No local, os deputados e as autoridades foram recebidos por um agrupamento de cerca de 60 pessoas. Foram colhidos vários relatos sobre prejuízos materiais individuais sofridos pelos moradores em decorrência das enchentes. Quanto à comunidade como um todo, podem ser destacados os seguintes pontos:

- o assoreamento do Rio Doce após o rompimento da barragem do Fundão acarretou o aumento das cheias ano após ano, atingindo toda a Baixa do Quiabo: de acordo com os moradores, a última enchente chegou a quase 3 metros de altura;
- os efeitos das cheias são agravados em face da contaminação da Bacia do Rio Doce pelo minério vazado da barragem do Fundão: além de danos ao patrimônio, as enchentes trazem riscos à saúde da população, em face da presença da lama tóxica;
- os pescadores que vivem na localidade continuam sem condições de realizar seu ofício: foi reiterada a situação antes apontada por atingidos da cidade de Aimorés no que se refere à suspensão das licenças de pescador profissional, ao não reconhecimento da condição de atingido e ao não pagamento do auxílio financeiro emergencial.

Para além dos problemas apresentados, que exigem ações específicas para sua resolução, os atingidos ouvidos nos dois municípios demandaram a adoção, entre outras providências, de medidas com vistas a garantir:

- a efetiva participação dos atingidos nas negociações no âmbito do processo de repactuação com as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton, reconhecendo-se, para a formulação do novo acordo, a centralidade da população afetada e as singularidades de cada comunidade, especialmente das tradicionais;
- o ajustamento ou a complementação do cadastro de atingidos, de maneira a propiciar a identificação, o reconhecimento e a indenização justa de todas as pessoas afetadas, no âmbito de cada família;
- o reconhecimento da condição especial de atingidos dos indígenas da etnia Puri de Aimorés, Resplendor e região, de forma a assegurar-lhes abordagem específica e adoção de protocolos e procedimentos diferenciados para as medidas de indenização e reparação – inclusive no que toca ao recebimento do auxílio financeiro –, considerando-se o direito ao território, à organização social e cultural e aos respectivos modos de vida tradicionais;
- a elaboração de estudo antropológico com vistas a mapear a chegada e trajetória dos povos indígenas Puri na região e o suporte de assessoria técnica independente própria, em observância às premissas da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho;
- a adoção de medidas para a resolução da situação dos pescadores ao longo da calha do Rio Doce, os quais atualmente não têm acesso ao auxílio financeiro emergencial, em que pese persistirem os danos causados pelo rompimento da barragem do Fundão e a impossibilidade do exercício de suas atividades laborais e de subsistência;
- a aplicação dos recursos advindos da repactuação em projetos nos municípios da Bacia do Rio Doce efetivamente atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão.

Conclusão

A Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana cumpriu o objetivo das visitas, no sentido de conhecer a situação de comunidades atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão, de propriedade da Samarco Mineração S.A., no ano de 2015. Verificou-se a persistência, inclusive o agravamento em algum nível, dos danos provocados pelo rompimento da barragem na vida das pessoas da região. As percepções e as demandas apresentadas durante a visita subsidiarão o relatório final desta comissão.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2023.

Ulysses Gomes, relator.